

CENSURA, INFÂNCIA E REPRESENTATIVIDADE NEGRA NA LITERATURA INFANTIL BRASILEIRA: DISPUTAS IDEOLÓGICAS EM TORNO DA OBRA *AMORAS*, DE EMICIDA

CENSORSHIP, CHILDHOOD, AND BLACK REPRESENTATION IN BRAZILIAN CHILDREN'S LITERATURE: IDEOLOGICAL DISPUTES SURROUNDING EMICIDA'S WORK *AMORAS*

CENSURA, INFANCIA Y REPRESENTATIVIDAD NEGRA EN LA LITERATURA INFANTIL BRASILEÑA: DISPUTAS IDEOLÓGICAS EN TORNO A LA OBRA *AMORAS*, DE EMICIDA

Ma. Marissol Ferreira Batista Cavalcanti

Doutoranda em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Uberlândia

ORCID – <https://orcid.org/0009-0004-4479-337X>

Resumo: Este artigo analisa, à luz da Análise do Discurso de filiação pecheutiana, os sentidos produzidos em discursos de censura direcionados à obra de literatura infantil *Amoras*, de Emicida, focalizando episódios de cerceamento ocorridos no contexto educacional brasileiro. O corpus é constituído por postagens e materiais circulados em ambientes digitais, incluindo redes sociais e veículos jornalísticos, que, desde 2023, têm repercutido em debates escolares, especialmente quando a obra é indicada para compor acervos literários voltados à promoção da representatividade étnico-racial e à abordagem de temáticas africanas e afro-brasileiras, em consonância com a Lei nº 10.639/2003. A pesquisa adota abordagem qualitativa e mobiliza pressupostos teórico-metodológicos da Análise do Discurso pecheutiana, dialogando com contribuições de Orlandi, Althusser, Zilberman, Matos, Jorge, Juca, Menezes de Souza e Hashiguti, entre outros autores. A análise evidencia que os discursos de censura se articulam a formações discursivas de matriz conservadora, operando estratégias de deslegitimação de narrativas antirracistas e de apagamento simbólico da cultura afro-brasileira no espaço escolar. Discute-se, portanto, como tais processos produzem efeitos sobre as políticas de leitura, a liberdade de expressão e a formação de leitores críticos, ao tensionarem o acesso a obras literárias que problematizam questões étnico-raciais. Conclui-se que esses embates revelam disputas ideológicas mais amplas no campo educacional, contribuindo para a manutenção de barreiras sociais e para a reprodução de práticas de silenciamento no âmbito da literatura infantil.

Palavras-chave: Censura. Literatura Infantil. Educação Antirracista.

Abstract: This article analyzes, from the perspective of Pêcheuxian Discourse Analysis, the meanings produced in censorship discourses directed at the children's literature work *Amoras*, by Emicida, focusing on episodes of restriction that occurred within the Brazilian educational context. The corpus consists of posts and materials circulated in digital environments, including social media platforms and journalistic outlets, which, since 2023, have resonated in school debates, particularly when the work is recommended for inclusion in literary collections aimed at promoting ethnic-racial representativeness and addressing African and Afro-Brazilian

themes, in accordance with Law No. 10.639/2003. The research adopts a qualitative approach and mobilizes theoretical-methodological assumptions of Pêcheuxian Discourse Analysis, engaging with contributions by Orlandi, Althusser, Zilberman, Matos, Jorge, Juca, Menezes de Souza, and Hashiguti, among other authors. The analysis shows that censorship discourses are articulated with conservative discursive formations, operating strategies of delegitimizing anti-racist narratives and promoting the symbolic erasure of Afro-Brazilian culture within the school environment. The study discusses how such processes produce effects on reading policies, freedom of expression, and the formation of critical readers, as they tension access to literary works that problematize ethnic-racial issues. It concludes that these disputes reveal broader ideological struggles within the educational field, contributing to the maintenance of social barriers and the reproduction of silencing practices in children's literature.

Keywords: Censorship. Children's Literature. Anti-racist Education.

Resumen: Este artículo analiza, desde la perspectiva del Análisis del Discurso de filiación pecheutiana, los sentidos producidos en discursos de censura dirigidos a la obra de literatura infantil *Amoras*, de Emicida, focalizando episodios de restricción ocurridos en el contexto educativo brasileño. El corpus está constituido por publicaciones y materiales difundidos en entornos digitales, incluidos redes sociales y medios periodísticos, que, desde 2023, han repercutido en debates escolares, especialmente cuando la obra es indicada para integrar acervos literarios orientados a la promoción de la representatividad étnico-racial y al abordaje de temáticas africanas y afrobrasileñas, en consonancia con la Ley nº 10.639/2003. La investigación adopta un enfoque cualitativo y moviliza presupuestos teórico-metodológicos del Análisis del Discurso pecheutiano, dialogando con aportes de Orlandi, Althusser, Zilberman, Matos, Jorge, Juca, Menezes de Souza y Hashiguti, entre otros autores. El análisis evidencia que los discursos de censura se articulan a formaciones discursivas de matriz conservadora, operando estrategias de deslegitimación de narrativas antirracistas y de borramiento simbólico de la cultura afrobrasileña en el espacio escolar. Se discute, por tanto, cómo tales procesos producen efectos sobre las políticas de lectura, la libertad de expresión y la formación de lectores críticos, al tensionar el acceso a obras literarias que problematizan cuestiones étnico-raciales. Se concluye que estas disputas revelan conflictos ideológicos más amplios en el campo educativo, contribuyendo al mantenimiento de barreras sociales y a la reproducción de prácticas de silenciamiento en el ámbito de la literatura infantil.

Palabras-clave: Censura. Literatura infantil. Educación antirracista.

INTRODUÇÃO

O presente artigo constitui uma versão ampliada e revisada do texto anteriormente apresentado nos anais do evento científico CONEDU 2025¹, no qual foi desenvolvida uma análise discursiva acerca dos episódios de censura direcionados à obra *Amoras*, no contexto escolar. Mantendo continuidade com a proposta inicial, a

¹ Cf. CAVALCANTI, M. F. B. A censura da obra *Amoras*, de Emicida: infância, representatividade e disputas ideológicas na literatura infantil. In: Congresso Nacional de Educação, 11., 2025, Campina Grande. **Anais [...]**. Campina Grande: Realize Editora, 2025. p. 1 – 17. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/135988>. Acesso em: 19 dez. 2025.

reflexão é inaugurada a partir de um excerto da obra *Dom Quixote de la Mancha*, de Miguel de Cervantes, mobilizado como gesto teórico-analítico que evidencia a atualidade das discussões em torno do literário e das disputas de sentidos que atravessam a circulação das obras no campo educacional.

Dormia ainda D. Quixote, quando o cura pediu à sobrinha a chave do quarto em que estavam os livros ocasionadores de prejuízo; e ela lhe deu de muito boa vontade. Entraram todos, e com eles a ama; e acharam mais de cem grossos e grandes volumes, bem encadernados, e outros pequenos.

A ama, assim que deu de cara com os olhos neles, saiu muito à pressa do aposento, e voltou logo com uma tigela de água-benta e uma hissope, e disse:

— Tome Vossa Mercê, senhor licenciado, regue esta casa toda com água-benta, não ande por aí algum encantador, dos muitos que moram por estes livros, e nos encante a nós, em troca do que nós queremos fazer a eles desterrando-os do mundo.

Riu-se da simplicidade da ama o licenciado, e disse para o barbeiro que lhe fosse dando os livros um a um, para ver de que tratavam, pois alguns poderia haver que não merecessem castigo de fogo (Cervantes, 1960. p. 38-39).

A abertura deste estudo com uma epígrafe extraída de *Dom Quixote de la Mancha*, obra escrita por Miguel de Cervantes no século XVII, constitui um gesto interpretativo que busca evidenciar a atualidade das discussões em torno da censura literária. Embora pertencente a um contexto ficcional historicamente situado, o excerto mobilizado permite estabelecer relações com debates contemporâneos, sobretudo no que se refere às recorrentes tentativas de controle e restrição à circulação de obras literárias, frequentemente justificadas pela suposta influência que os livros exerceriam sobre comportamentos e valores sociais. Tais discursos tendem a incidir de modo mais acentuado sobre a literatura destinada a crianças e jovens, concebidos, em determinadas formações discursivas, como sujeitos frágeis e suscetíveis à influência. Nesse sentido, recorre-se à definição de censura apresentada no Dicionário Michaelis (2025, online), a fim de delimitar conceitualmente o termo que orienta a análise aqui desenvolvida.

1 - Ação ou efeito de censurar;

2 - Exame de trabalhos artísticos ou de material de caráter informativo, a fim de filtrar e proibir o que é inconveniente, do ponto de vista ideológico ou moral;

3 - Grupo de pessoas responsáveis por esse exame;

4 - Departamento onde se trabalha esse grupo de censores;

5 - Autoridade ou função do censor;

6 - Exame crítico de trabalhos artísticos ou informativos;

- 7 - Reprovação ou crítica desfavorável; desaprovação;**
- 8 - Advertência enérgica; repreensão ou reprimenda severa;
- 9 - PSIC Mecanismo psíquico em que os desejos e impulsos condenáveis são controlados e reprimidos no consciente; censor;
- 10 - Pena leve aplicada por algumas instituições, conforme o regimento disciplinar ou o código de conduta;
- 11 - REL Pena disciplinar aplicada ao pecador, com o intuito de reparar a culpa;
- 12 - REL Condenação de obras artísticas por parte da Igreja;**
- 13 - Censura prévia, JUR: exame antecipado, de caráter proibitivo, que o Estado faz em obras, geralmente de cunho artístico, a fim de proibir suas apresentações ou publicações.**

Embora os tópicos anteriormente apresentados se articulem, em maior ou menor grau, a práticas que incidem sobre a circulação dos livros, torna-se pertinente destacar aqueles que evidenciam vínculos mais diretos com ações censórias direcionadas ao material literário no contexto escolar. Tais práticas consistem, em geral, na avaliação da adequação das obras a partir de filtros ideológicos, políticos, religiosos e morais, mobilizados por grupos ou indivíduos que se colocam na posição de autoridade para legitimar processos de seleção e exclusão. Como resultado, observa-se, não raramente, a desaprovação ou retirada de determinadas produções literárias, em favor daquelas consideradas moralmente aceitáveis ou alinhadas a valores normativos hegemônicos.

Segundo Viana, Muriel-Torrado e Prado (2024, p. 1), a censura “acompanha a história da humanidade desde a invenção da escrita” e não se restringe a contextos sociopolíticos marcados por regimes conservadores. Os autores assinalam, contudo, que o aumento recente de relatos de atos censórios tem se relacionado à atuação de grupos políticos e segmentos da sociedade civil orientados por perspectivas religiosas, conservadoras e moralistas. Nesse cenário, a instituição escolar passa a configurar-se como um espaço atravessado por intensas disputas ideológicas, nas quais se confrontam diferentes projetos de formação cultural e educativa.

No âmbito dessas disputas, profissionais da educação — em especial aqueles vinculados à Biblioteconomia, campo no qual se insere a experiência analisada — têm se deparado com situações recorrentes de cerceamento à circulação de obras literárias. As justificativas mobilizadas variam desde alegações de inadequação etária até a presença de temáticas consideradas sensíveis, como genocídio, escravidão, racismo, diversidade e gênero. Entretanto, tais práticas restritivas tendem a limitar o acesso à pluralidade de

vozes e experiências estéticas proporcionadas pela literatura, produzindo efeitos que impactam diretamente a formação leitora e o desenvolvimento de perspectivas críticas.

Conforme já destacado nos anais do CONEDU, estudos como os de Ceccantini, Galvão e Valente (2024), organizadores da coletânea *Literatura infantil e juvenil na fogueira*, reúnem contribuições de diversos pesquisadores dedicados à análise de práticas censórias direcionadas à literatura destinada ao público infantil e juvenil. A obra apresenta relatos de episódios ocorridos em diferentes regiões do país e em variadas instituições, evidenciando tanto os casos de interdição quanto os discursos e as justificativas que os sustentam. Ao conferir visibilidade a essas ocorrências, a coletânea amplia o debate acerca das sanções impostas ao campo literário, contribuindo para a problematização crítica dos mecanismos de controle que incidem sobre a circulação das obras e apontando possíveis caminhos de enfrentamento no âmbito acadêmico e educacional.

Nesse horizonte, investigar práticas censórias e produzir reflexões sobre elas implica assumir uma posição situada no interior das disputas ideológicas que atravessam o campo literário e educacional, especialmente quando tais práticas operam no silenciamento de vozes e na tentativa de normatização de leituras e comportamentos. Assim, o presente estudo propõe-se a analisar, à luz da Análise do Discurso de filiação pecheutiana, em diálogo com Orlandi (2012, 2015, 2020), os discursos que justificam a censura à obra *Amoras* no contexto educacional, examinando suas condições de produção, seus efeitos de sentido e suas implicações para a formação de leitores críticos.

O artigo organiza-se da seguinte forma: inicialmente, apresenta-se a contextualização da temática e os objetivos da investigação, seguidos da descrição dos procedimentos metodológicos adotados; em seguida, são discutidos os fundamentos teóricos que sustentam a análise; posteriormente, desenvolve-se a discussão dos resultados, focalizando o episódio de censura amplamente repercutido em ambientes digitais e noticiado pelo portal G1 em março de 2023; por fim, as considerações finais refletem sobre os desafios enfrentados pela instituição escolar na promoção de debates acerca de inclusão, representatividade e diversidade em um cenário educacional marcado por disputas ideológicas e por posicionamentos de matriz conservadora.

METODOLOGIA

Adotou-se, neste estudo, uma abordagem qualitativa ancorada nos pressupostos teórico-metodológicos da Análise do Discurso (AD) de filiação pecheutiana. O material de análise é composto por uma reportagem jornalística publicada no portal G1, em março de 2023, que tornou público o episódio de censura e vandalismo direcionado à obra *Amoras*, do autor Emicida, bem como por documentos públicos e materiais de repercussão relacionados ao caso. A investigação buscou compreender, analiticamente, os modos de constituição dos discursos censórios, examinando as formações discursivas que os sustentam e os efeitos de sentido que produzem no âmbito da formação de leitores e das práticas educacionais contemporâneas.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Tenho refletido recorrentemente sobre a censura literária a partir de minha atuação como bibliotecária escolar. No contexto educacional, são frequentes as solicitações de substituição ou retirada de obras literárias que abordam temáticas consideradas “inadequadas” ou “sensíveis” para o público infantil e juvenil. Esse movimento evidencia as tensões entre a função social e formativa da literatura e práticas de silenciamento ainda presentes no ambiente escolar, revelando disputas em torno dos sentidos atribuídos à leitura, à formação cultural e aos processos de mediação literária (Cavalcanti, 2025).

Nesse horizonte, Cândido (1995, p. 6) compreende a literatura como uma necessidade universal, capaz de dar forma à experiência humana e aos sentimentos, de modo que a privação do acesso a esse bem configura uma espécie de mutilação simbólica do sujeito. Assim, ao mesmo tempo em que a literatura se apresenta como ferramenta potente para a promoção de debates acerca da pluralidade, da diversidade cultural e da representatividade, sua circulação permanece atravessada por mecanismos sociais que podem restringir ou ampliar a fruição desse bem humanizador (Cândido, 1995). Em perspectiva semelhante, Paulino e Cosson (2012, p. 92) destacam

capacidade da obra literária de tratar de temas e questões que de outra forma não seriam aceitas ou teriam dificuldade de circular socialmente. Não se trata apenas de tematizar um assunto delicado, mas sim de tornar público, de fazer o

leitor participar da questão, levando temas guardados em esferas sociais específicas para um círculo maior de pessoas.

Desse modo, compreender a linguagem literária como prática discursiva que aproxima o sujeito do mundo social — ao abordar, de forma estética e sensível, questões que atravessam a experiência humana — permite reconhecer sua potência na construção de outros modos de conhecimento e de leitura da realidade. Contudo, observa-se que, em diversos contextos escolares, ainda prevalecem posturas orientadas pela conformidade normativa, em detrimento do enfrentamento crítico de temas socialmente relevantes.

É nesse cenário que se insere a obra *Amoras*, do rapper e escritor Emicida, publicada em 2018, a qual propõe, por meio de uma abordagem poética e sensível, a afirmação da identidade negra na infância. Em 2023, o livro tornou-se alvo de episódios de censura em escolas públicas brasileiras, sendo retirado de acervos sob a justificativa de conter “conteúdo inadequado”. Tais ações ganharam repercussão em ambientes digitais, com circulação de postagens em redes sociais e cobertura jornalística, incluindo matéria publicada pelo portal G1, e continuam a reverberar em instituições de ensino públicas e privadas.

Cabe destacar que a inserção de temáticas relacionadas à história e cultura afro-brasileira no ambiente escolar encontra respaldo na Lei nº 10.639/2003, que estabelece a obrigatoriedade de sua abordagem no currículo oficial da educação básica, especialmente nas áreas de Educação Artística, Literatura e História. Nesse sentido, a controvérsia em torno da circulação da obra evidencia não apenas disputas acerca do conteúdo literário, mas também tensionamentos mais amplos relacionados à implementação de políticas educacionais voltadas à promoção da educação antirracista.

Apesar da obrigatoriedade legal, observa-se, em diversas instituições de ensino do país, um cenário marcado por recorrentes episódios de resistência à implementação da lei, frequentemente associados a manifestações de intolerância e a posicionamentos ancorados em convicções religiosas. Tal resistência evidencia não apenas tentativas de restringir o debate sobre questões raciais e culturais, mas também a manutenção de práticas de silenciamento que reforçam a “normatividade”, entendida como o “conjunto de elementos e de regras que silencia outras formas, negando sua existência” (Menezes

de Souza; Hashiguti, 2022, p. 155). Essas dinâmicas contribuem para limitar o acesso das novas gerações à pluralidade de narrativas e identidades que constituem o Brasil, restringindo possibilidades de reconhecimento e representação no campo literário e educacional.

No âmbito desta análise, a escola é compreendida como um aparelho ideológico do Estado (Althusser, 1985), cuja atuação se dá predominantemente por meio da ideologia e, de forma secundária, pela repressão, contribuindo para a produção de subjetividades e para a conformação dos modos pelos quais os sujeitos se relacionam com a literatura e com os discursos que regulam sua circulação. À luz do conceito apresentado por Lypp (1997), conforme discutido por Zilberman (2003, p. 63), pode-se inferir que os interventores do campo literário frequentemente mobilizam uma perspectiva “adultocêntrica”, na qual, embora o público leitor seja constituído por crianças, os critérios de avaliação sobre o que é considerado adequado, inadequado, legítimo ou problemático são definidos a partir do olhar adulto. Nessa lógica, a literatura destinada à infância é analisada segundo interesses e parâmetros estéticos vinculados à experiência adulta, sendo comparada à literatura “propriamente dita”, o que tende a invisibilizar o olhar, as experiências e o universo simbólico infantil.

A seção seguinte dedica-se à análise discursiva dos episódios de censura envolvendo a obra *Amoras*, mobilizando os pressupostos teórico-metodológicos da Análise do Discurso (AD), em sua vertente pecheutiana, com o objetivo de compreender as condições de produção, as formações discursivas implicadas e os efeitos de sentido decorrentes dessas práticas, especialmente no que se refere à circulação da literatura africana e afro-brasileira e à formação de leitores críticos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Antes da apresentação descritiva dos episódios analisados, torna-se necessário situar as condições de produção nas quais se inscrevem os discursos censórios em questão. De acordo com Orlandi (2015, p. 28), as condições de produção “compreendem fundamentalmente os sujeitos e a situação”, o que implica considerar os atravessamentos históricos, sociais e ideológicos que sustentam a emergência desses dizeres. No âmbito deste estudo, tais discursos configuram-se em um cenário social e

político marcado pela intensificação de movimentos conservadores e religiosos, que tensionam o espaço escolar e disputam os sentidos atribuídos à literatura, bem como o seu papel na formação crítica dos estudantes.

Essas materialidades discursivas inscrevem-se, ainda, no contexto das controvérsias relacionadas à implementação da Lei nº 10.639/2003, que estabelece o ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana como componente obrigatório do currículo escolar. Nesse quadro, as Formações Ideológicas (FI), conforme Orlandi (2015), correspondem às posições nas quais os sujeitos se inscrevem — sejam elas de natureza religiosa, moral ou política — e estruturam os modos pelos quais percebem o mundo e nele se posicionam. Tais formações sustentam os sujeitos enunciadore, que ora se ancoram em valores moral-religiosos, ora em princípios orientados por uma educação plural e antirracista, evidenciando a disputa por sentidos no interior do campo educacional.

Com base em Orlandi (2012), pode-se inferir que essas posições ideológicas são determinantes das Formações Discursivas (FD), responsáveis por delimitar o que pode e o que não pode ser dito acerca da representatividade e da diversidade cultural no espaço escolar, em consonância com a posição ideológica ocupada pelo sujeito.

Assim, as formações discursivas observadas nas manifestações de vandalismo dirigidas à obra *Amoras*, quando analisadas sob a perspectiva da AD pecheutiana, evidenciam tentativas de manutenção da hegemonia de um saber eurocêntrico e cristão, em oposição a discursos que valorizam a identidade negra e as religiões de matriz africana.

Em março de 2023, a obra *Amoras*, selecionada para integrar a Ciranda Literária de uma escola situada em Salvador, capital da Bahia, tornou-se alvo de um episódio de vandalismo promovido pela mãe de um estudante da instituição. O caso alcançou ampla repercussão em ambientes digitais, sendo veiculado por meios de comunicação, como o portal G1, e amplamente disseminado nas redes sociais.

Figura 1: Repercussão do vandalismo e censura praticados à obra *Amoras*.



Fonte: Pesquisa Google.

A partir desse episódio, verificaram-se desdobramentos que ultrapassaram o âmbito institucional onde o fato inicialmente ocorreu, mobilizando questionamentos por parte de familiares de estudantes vinculados a outras escolas. Um caso recente, possivelmente relacionado à repercussão do acontecimento anterior, foi registrado no primeiro semestre de 2025, em uma instituição da rede privada localizada no interior de Minas Gerais. Na ocasião, a mesma obra foi selecionada para compor o projeto literário denominado *Ciranda Literária*, voltado às turmas da Educação Infantil e orientado à promoção de debates sobre representatividade étnico-racial. Entretanto, alguns responsáveis solicitaram a retirada e substituição do livro, sob a alegação de que a escola estaria incentivando práticas de idolatria aos orixás e adotando uma obra cujo autor, identificado pelo nome artístico “Emicida”, estaria supostamente associado a atividades ilícitas.

Cabe esclarecer que o nome artístico do autor não possui qualquer vínculo com práticas criminosas. Leandro Roque de Oliveira, nascido no bairro Jardim Cachoeira, na zona norte da cidade de São Paulo, é rapper, cantor, letrista e compositor amplamente reconhecido no cenário nacional (Ferreira, 2025, online). A denominação “Emicida” resulta da junção dos termos “MC” e “homicida”, funcionando como metáfora para sua habilidade de “eliminar” adversários em batalhas de improviso por meio da força discursiva. Desse modo, as manifestações dos familiares evidenciam certo desconhecimento acerca da trajetória artística do autor, ancorado em interpretações de

senso comum que contribuem para leituras distorcidas da obra e dos sentidos que ela mobiliza.

A obra em questão, escrita por Leandro Roque de Oliveira (Emicida) e ilustrada por Aldo Fabrini, configura-se como um livro de literatura infantil inspirado em uma canção homônima e dedicado à filha do autor, Estela. A narrativa articula elementos do imaginário infantil e da dimensão do sagrado para valorizar a beleza de meninas negras, comparando-as a amoras, ao mesmo tempo em que suscita reflexões sobre identidade, pertencimento e diversidade cultural. Ao final, apresenta um glossário com definições de termos vinculados à cultura africana, como Obatalá e Orixás, além de referências a figuras históricas emblemáticas da luta antirracista, como Martin Luther King e Zumbi dos Palmares. Trata-se, portanto, de uma produção que dialoga diretamente com os princípios da Lei nº 10.639/2003, ao favorecer o contato das crianças com elementos da cultura afro-brasileira sob uma perspectiva artística e cultural alinhada às diretrizes estabelecidas pela legislação.

Nesse cenário, torna-se pertinente mobilizar a reflexão de Mattos, Jucá e Jorge (2019, p. 82), que destacam a importância do legado diaspórico africano no Brasil, perceptível em “práticas culturais diversas, incluindo as religiosas e musicais, manifestadas em comunidades urbanas, rurais e quilombolas”. Ainda assim, tal contribuição permanece frequentemente subvalorizada, na medida em que a sociedade brasileira — e, por extensão, muitos contextos escolares — tende a privilegiar referenciais eurocêntricos, isto é, uma perspectiva de conhecimento que toma o continente europeu e suas produções culturais como padrão universal.

Nessa direção, Quijano (2005, p. 126) afirma que o eurocentrismo “é o nome de uma perspectiva de conhecimento cuja elaboração sistemática começou na Europa Ocidental antes de meados do século XVII”, embora suas raízes sejam historicamente mais antigas. O autor ressalta que o saber eurocêntrico

não se refere a todos os modos de conhecer de todos os europeus e em todas as épocas, mas a uma específica racionalidade ou perspectiva de conhecimento que se torna mundialmente hegemônica colonizando e sobrepondo-se a todas as demais, prévias ou diferentes, e a seus respectivos saberes concretos, tanto na Europa como no resto do mundo (Quijano, 2005, p. 126).

Ao discutir o acesso à leitura — e, por extensão, ao conhecimento — torna-se fundamental reconhecer que os processos de exclusão epistêmica operam por diferentes mecanismos, frequentemente reafirmando a legitimidade dos saberes vinculados às classes dominantes. Nessa perspectiva, Orlandi (2012, p. 123) assinala que “as classes populares estão na escola. No entanto, o direito que elas têm é o de aprender as formas legítimas da cultura dominante”, evidenciando como a institucionalização do ensino pode reproduzir hierarquias simbólicas. A ruptura com essa dinâmica demanda movimentos de deslocamento que se constroem gradualmente e enfrentam resistências estruturais. A presença, no espaço escolar, de obras que valorizam conhecimentos e culturas historicamente marginalizados pode ser compreendida como uma prática de tensionamento dessa ordem. Sob esse enfoque, Orlandi (2012, p. 124) ressalta que “há, já instituída, uma história de leitura das classes dominantes, então é preciso se criar condições para que as classes populares elaborem sua história de leituras que a classe dominante desconhece, ou melhor, não reconhece”.

Nesse horizonte interpretativo, a leitura de *Amoras* pode ser entendida como parte de um gesto de resistência discursiva. Logo nas páginas iniciais, o autor apresenta Obatalá como o orixá criador do mundo e, em outro momento, enfatiza que distintas culturas atribuem nomes diversos a Deus, reforçando uma perspectiva plural, inclusiva e aberta à diversidade religiosa, como evidenciado nas figuras apresentadas a seguir:

Figura 2. Imagens digitalizadas da obra *Amoras*.



Fonte: Obra *Amoras*, Emerica (2018).

Durante a leitura desses trechos, um familiar da criança produziu enunciados de contestação ao conteúdo apresentado, orientando-se por suas próprias formações discursivas e por interpretações que considerava mais adequadas no que se refere a origem da humanidade, conforme evidenciam as figuras abaixo. Nesse sentido, torna-se

pertinente retomar Orlandi (2015, p. 40-41), ao afirmar que “o sentido não existe em si, mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas”. Desse modo, compreende-se que o sujeito enunciador fala a partir de uma formação discursiva específica, a qual delimita o que pode ou não ser dito, em consonância com a posição ideológica na qual se inscreve.

No âmbito deste estudo, observa-se que as formações ideológicas que sustentam o discurso censório privilegiam o saber eurocêntrico, o “adultocentrismo” e determinadas visões religiosas e políticas de caráter conservador. A censura, portanto, materializa o posicionamento de um sujeito inscrito nessas formações ideológicas, que busca preservar a “normatividade”, entendida como o conjunto de regras que nega outras formas de existência. Sob essa perspectiva analítica, destacam-se, a seguir, alguns dos enunciados produzidos pela mãe da criança:

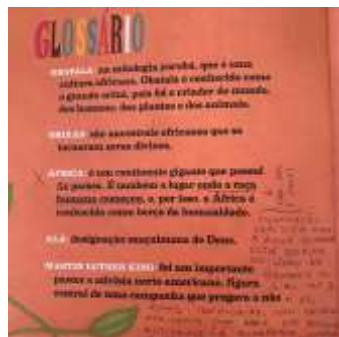
28

Figura 3. Imagens da obra *Amoras*, vandalizada.

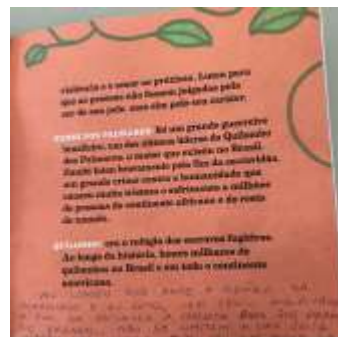
E1



E2



E3



Fonte: Canal de notícias G1 (2023).

E1:

Leiam também Êxodo 20, Levítico 19, 1 Coríntios 10: 14.
Orixás não são deuses! Eles são ídolos africanos cuja a sua personificação é assumida por entidades; consideradas pelo Cristianismo como “anjos caídos! Considerar ídolos como deuses é idolatria. A palavra de Deus diz: “Não terá outros deuses além de mim. Não farás para ti nenhum ídolo, nenhuma imagem de qualquer obra no céu, ou na terra, ou no mar” (Êxodo 20) (G1, 2023, online).

E2:

Essa info. é fake!

Informação verídica sobre a raça humana está no livro do gênesis do 1 ao cap. 9 e 10.

Estas ideologias, com origens africanas, com base em religiões anticristã (é blasfêmia contra o Deus vivo). Vulgo o criador (G1, 2023, online).

E3:

Ao longo dos anos a história da humanidade e do Brasil vem sendo modificada a fim de esconder a verdade para que vivamos no engano... Não se limitem a uma única versão das histórias, mas vão em busca da... (G1, 2023, online).

Cavalcanti (2025, p. 10-11).

Procede-se à análise discursiva dos enunciados mobilizando os conceitos de paráfrase e polissemia, o que possibilita compreender o embate de sentidos instaurado entre a obra e suas formas de recepção. Conforme Orlandi (2015, p. 34), ao “pensarmos discursivamente a linguagem, é difícil traçar limites estritos entre o mesmo e o diferente”, o que remete diretamente à tensão constitutiva entre os processos parafrásticos e polissêmicos.

Para a autora, “há na paráfrase algo que se mantém”, isto é, “a memória” (Orlandi, 2015, p. 34). Nesse sentido, a paráfrase configura-se como matriz do sentido, uma vez que “não há sentido sem repetição, sem sustentação no saber discursivo”. Observa-se que os episódios analisados — embora situados em tempos e espaços distintos, como o vandalismo registrado em Salvador (2023) e a solicitação de retirada da obra em Minas Gerais (2025) — retomam um mesmo gesto discursivo, constituindo um interdiscurso, entendido como um já-dito que reaparece sob novas formulações e reafirma posições ideológicas de matriz conservadora e religiosa.

Por outro lado, a polissemia permite deslocamentos e a emergência de novos sentidos. Segundo Orlandi (2015, p. 34), ao “tomar a palavra, produzimos uma mexida na rede de filiação dos sentidos; no entanto, falamos com palavras já ditas”. Assim, o jogo entre o parafrástico e o polissêmico materializa-se na tensão entre permanência e transformação, constituindo o próprio movimento da significação e evidenciando o confronto entre diferentes formações discursivas.

Sob essa perspectiva, a obra *Amoras* produz sentidos relacionados à pluralidade e à valorização da diversidade étnico-racial e religiosa. Entretanto, o discurso censório busca restringir essa polissemia à fixação de um único “sentido negativo”. Tal tentativa manifesta-se, por exemplo, nos enunciados das mães que associam a obra à idolatria ou à blasfêmia, bem como na equivocada vinculação do nome artístico do autor a práticas ilícitas. Desse modo, confirma-se que “todo dizer é ideologicamente marcado”, não sendo a linguagem neutra ou transparente (Orlandi, 2015, p. 35), o que exige problematizar os modos de constituição dos sentidos nas práticas discursivas e os efeitos produzidos pelas diferentes posições de sujeito.

Como encaminhamento final da análise, apresenta-se um quadro analítico no qual foi elaborada uma síntese dos principais conceitos mobilizados (FI, FD, Memória, Interdiscurso, Paráfrase e Polissemia). Essa sistematização permite visualizar de forma integrada como os discursos censórios se constituem e se articulam ideologicamente, contribuindo para a manutenção da hegemonia de uma formação ideológica conservadora.

Quadro 1: Análise dos enunciados

Conceito (AD Pecheutiana)	Definição resumida	Exemplo/Excerto no texto	Análise de funcionamento discursivo
Formação Ideológica (FI)	Conjunto de valores e crenças que estruturam o modo como os sujeitos percebem o mundo.	Enunciados da mãe: “Orixás não são deuses... são ídolos africanos...”	Revela inscrição do sujeito em uma FI cristã e conservadora , que orienta a censura e sustenta o julgamento moral do conteúdo da obra.

Formação Discursiva (FD)	Conjunto de dizeres possíveis a partir de uma posição ideológica.	As postagens religiosas que reprovam a obra e as matérias que a defendem.	Mostra o confronto entre duas FDs: uma religioso-conservadora e outra educacional-antirracista , que disputam sentidos no espaço escolar.
Memória Discursiva	Repertório de dizeres anteriores que sustentam a produção de novos sentidos.	Repetição de discursos religiosos que associam elementos africanos à “idolatria”.	Demonstra como o já-dito da tradição cristã se reinscreve na censura contemporânea, atualizando velhas práticas de silenciamento.
Interdiscurso	Conjunto de discursos que circulam socialmente e constituem o campo do dizível.	Reiteração de argumentos religiosos e morais em diferentes episódios (Salvador 2023 / Minas 2025).	Indica o retorno de sentidos cristalizados (o “já-dito”) que se reproduzem em novos contextos, mantendo o controle simbólico.
Paráfrase	Processo discursivo de repetição e manutenção de sentidos.	“Orixás não são deuses” / “Essas ideologias são anticristãs.”	A paráfrase reforça o mesmo gesto discursivo, mantendo a ideologia hegemônica que reduz o texto literário a uma ameaça moral.

Polissemia	Movimento de deslocamento de sentidos; abertura para novos significados.	Trecho da obra <i>Amoras</i> : “Diferentes culturas atribuem diversos nomes a Deus.”	A polissemia proposta pela obra — diversidade e inclusão — é bloqueada pela censura, que tenta restringir o texto a uma única leitura literal e moralizante.
-------------------	--	--	--

Cavalcanti (2025, p. 12-13).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando os limites desta investigação, que não pretende encerrar as múltiplas camadas de análise implicadas na temática, importa destacar que os episódios examinados se configuram como manifestações situadas de disputas discursivas mais amplas que atravessam o campo educacional contemporâneo. A leitura dos enunciados à luz da Análise do Discurso evidencia que os sentidos atribuídos às obras literárias não são estáveis, mas resultam de processos históricos e ideológicos que orientam interpretações, regulam circulações e delimitam fronteiras simbólicas. Nesse quadro, o discurso, compreendido como “efeito de sentidos entre interlocutores” (Orlandi, 2020, p. 149), revela-se como espaço de negociação e conflito, no qual se confrontam projetos educativos, concepções de infância e regimes de legitimidade cultural.

Mais do que episódios pontuais de contestação, os gestos censórios analisados indicam tentativas de contenção da polissemia literária e de estabilização de sentidos alinhados a determinadas matrizes ideológicas. A materialidade dos enunciados evidencia posições de sujeito atravessadas por valores conservadores que associam negativamente a representatividade negra e os referenciais afro-brasileiros, atualizando formações discursivas que operam pela manutenção de um horizonte eurocêntrico e cristão. Nesse movimento, o interdiscurso religioso emerge como dispositivo de regulação simbólica, mobilizado para definir os limites do aceitável no espaço escolar.

Os resultados apontam que tais práticas não apenas tensionam a circulação de narrativas específicas, mas também incidem sobre a organização do currículo e sobre as

políticas de leitura, reafirmando hierarquias epistêmicas historicamente consolidadas. Ao restringir o acesso a determinadas produções culturais, produz-se um efeito de invisibilização que compromete o potencial formativo da literatura enquanto espaço de pluralidade simbólica e fruição estética, conforme argumentam Cândido (1995) e Orlandi (2015). Nesse sentido, o debate sobre a presença de obras como *Amoras* desloca-se da esfera estritamente literária para o campo das disputas políticas e pedagógicas que definem quais vozes podem ocupar o espaço escolar.

Dessa forma, a análise sugere que a mediação literária assume papel estratégico na construção de práticas educativas capazes de problematizar discursos hegemônicos e ampliar repertórios interpretativos. Ao inserir textos que mobilizam perspectivas historicamente marginalizadas, abre-se a possibilidade de reconfiguração das histórias de leitura e de deslocamento de posições cristalizadas, contribuindo para a formação de leitores críticos e socialmente implicados. Resistir à censura, nesse contexto, não se reduz à defesa de uma obra específica, mas implica afirmar a literatura como território de disputa simbólica, diálogo intercultural e produção de novos sentidos no interior da escola.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de Estado**. Tradução de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiro de Castro. 6. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985. 107 p.

BRASIL. **Lei no 10.639/03, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 5 dez. 2024.

CÂNDIDO, A. O direito à literatura. In: CÂNDIDO, A. **Vários escritos**. São Paulo: Duas Cidades, 1995, p. 235-263.

CAVALCANTI, Marissol Ferreira Batista. A censura da obra *Amoras*, de Emicida: infância, representatividade e disputas ideológicas na literatura infantil. In: Congresso Nacional de Educação, 11., 2025, Campina Grande. **Anais [...]**. Campina Grande: Realize Editora, 2025. p. 1 – 17. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/135988>. Acesso em: 06 fev. 2026.

CECCANTINI; J. L.; GALVÃO, E.; VALENTE, T. A. **Literatura infantil e juvenil na fogueira**. Belo Horizonte: Aletria, 2024. 552 p.

CERVANTES, M. D. **Quixote de la mancha**. Tradução de António Feliciano de Castilho. São Paulo: W. M. Jackson Inc., 1960. 465 p. (Clássicos Jackson, v. 3).

EMICIDA. **Amoras**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 2018. 44 p.

FERREIRA, C. **Emicida**. AFROFILE. Afrofile. São Paulo, 2025. Disponível em: <https://www.afrofile.com.br/herois/emicida#:~:text=Leandro%20Roque%20de%20oliveira%2C%20mais,Foto:%20Julia%20Rodrigues>. Acesso em: 26 ago. 2025.

MELO, M. **Livro infantil do rapper Emicida é vandalizado por mãe de aluno com críticas às religiões de matriz africana**. Salvador, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2023/03/07/livro-infantil-de-emicida-e-alvo-de-intolerancia-religiosa-praticada-por-mae-de-aluno-em-escola-de-salvador.ghhtml>. Acesso em: 25 ago. 2025.

MICHAELLIS. Censura. **Dicionário de Língua Portuguesa**. MICHAELIS UOL. [S. l.], 2025. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/censura/>. Acesso em: 25. jul. 2025.

ORLANDI, E. P. **Discurso e leitura**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2012. 160 p.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 12. ed. Campinas: Pontes Editora, 2015. 98 p.

ORLANDI, E. P.; LAGAZZI-RODRIGUES, S. (orgs.). **Discurso e textualidade**. 3. ed. Campinas: Pontes Editora, 2017. 234 p.

ORLANDI, E. P. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. 5. ed. Campinas: Pontes Editora, 2020. 163 p.

MATTOS, A. M. de A.; JUCÁ, L. C. V.; JORGE, M. L. dos S. Formação crítica de professores: por um ensino de línguas socialmente responsável. **Pensares em Revista**, São Gonçalo, n. 15, p. 64-91, 2019. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/pensaresemrevista/article/view/38666/29444>. Acesso em: 10 nov. 2024.

MENEZES DE SOUZA, L. M. T; HASHIGUTI, S. Decolonialidade e(m) Linguística Aplicada: uma entrevista com Lynn Mario Trindade Menezes de Souza. **Polifonia**, Cuiabá, v. 29, n. 53, p. 149-147, jan./mar., 2022. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/polifonia/article/view/14865>. Acesso em: 1 dez. 2024.

ORLANDI, E. P. **Linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. 7. ed. Campinas: Pontes Editora, 2023. 332 p. 117-142.

PAULINO, G.; COSSON, R. A literatura no território dos direitos humanos. *In*: CANDIDO, A. **Vários escritos**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012. p. 87-109.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas Latino-americanas. San Pablo: CLACSO, 2005. p.

VIANA, R. T.; MURIEL-TORRADO, E.; PRADO, J. M. K. do. Páginas proibidas: censura de livros no Brasil. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 30, p. 1- 26, 26 set. 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/1808-5245.30.138667> Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/138667>. Acesso em: 22 jul. 2025.

ZILBERMAN, R. **Literatura infantil na escola**. 11. ed. São Paulo: Global, 2003. 238 p.